



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681388 - SP (2021/0227042-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : THIAGO SANTOS DE SOUZA - SP198095
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS DOS SANTOS CONCEICAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS DOS SANTOS CONCEICAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0001168-19.2021.8.26.0158).

O paciente cumpre pena de 9 anos e 4 meses de reclusão pela prática dos delitos previstos no art. 157, § 2º, inciso II, parte-A, inciso I, do Código Penal e art. 244-B, *caput*, do ECA, com término previsto para 27/08/2028.

Consta dos autos que o Juízo singular deferiu ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

Inconformado, o *parquet* interpôs agravo em execução perante o Tribunal a quo, que deu provimento ao apelo para determinar a recondução do sentenciado ao regime fechado e a realização de exame criminológico.

A impetrante sustenta que o paciente preenche os requisitos para o deferimento do pedido de progressão de regime, sendo indevida a exigência de realização de exame criminológico.

Aduz que "*cumprido o requisito objetivo desde 2018 e sobejamente comprovada a satisfação do requisito subjetivo, por meio de atestado de bom comportamento carcerário, de exame criminológico favorável e, especialmente, pelo comportamento do reeducando enquanto permaneceu em regime intermediário, acertada a decisão da Nobre Magistrada de 1º Grau*" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, o imediato restabelecimento do paciente no regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fl. 46):

[...]

Contudo, é inegável que para o deferimento do benefício, exige-se, além da condição de natureza objetiva, a segurança do juízo a propósito dos méritos do condenado e da perspectiva de que se adequará

ao novo regime de cumprimento de pena.

Tal conclusão vem ao encontro da finalidade da execução, que é a demonstração do sentenciado de que está apto à convivência em sociedade.

E qualquer benefício concedido ao sentenciado durante a execução da pena deve ser muito bem analisado pelo Juízo, porque é a segurança da sociedade que não pode correr riscos.

Apesar de o atestado comprobatório de comportamento carcerário informar que o sentenciado possui bom comportamento, fato é que, no caso em questão, mostra-se insuficiente para comprovar, de maneira inequívoca, que ele efetivamente incorporou de forma concreta a terapêutica penal a fim de ser agraciado com o regime aberto, em que gozará de maior liberdade, recomendando, evidentemente, maior cautela para a sua concessão.

Inicialmente, vale salientar que o bom comportamento carcerário pode representar adaptação às regras da prisão, que se distanciaram gradativamente das regras do convívio social em liberdade (RT, 838/454). Não se olvide, ainda, da longa pena a cumprir, como já destacado.

Assim, é conveniente a realização de exame criminológico para aferição do requisito subjetivo no caso em testilha.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência